

Deliberações

REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

19 de junho de 2020

1. Foi deliberado aprovar por unanimidade a ata da reunião iniciada em 29 de maio e concluída em 1 de junho de 2020.
2. Foi enaltecida a qualidade e a apresentação do Relatório de Atividades Consolidado, com o Parecer Favorável da Comissão de Planeamento e Financiamento, que se anexa.
3. A Comissão de Planeamento e Financiamento, cujo Parecer se anexa, apreciou o Relatório de Gestão Financeira da Reitoria de 2019, tendo valorizado a sua clareza e a apresentação de fácil e sugestiva leitura.
4. Foi agendada uma reunião extraordinária do Conselho Geral para o dia 17 de julho às 10h, para deliberar sobre o Relatório de Contas Consolidadas.
5. A Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação emitiu um Parecer, que se anexa, sobre os Relatórios do Provedor do Estudante 17/18 e 18/19. Foi elogiada a qualidade dos documentos produzidos e destacado um conjunto de sugestões de melhoria, que devem merecer a maior atenção por parte da Universidade. Foi decidido que tais sugestões fossem remetidas ao Conselho Coordenador da Melhoria do Ensino-Aprendizagem da Universidade do Porto, recomendando a sua implementação.
6. A Comissão da Terceira Missão reuniu em Fevereiro e Junho, conjuntamente com a Pró-Reitora Joana Resende. Os principais temas analisados foram a evolução das receitas por prestação de serviços, a relação com empresas, a proteção de propriedade intelectual e a promoção do empreendedorismo. Considerando a importância do plano de recuperação da União Europeia irá ser promovido, com apoio da Reitoria, um encontro com o Presidente da CCDRN.

Estas deliberações constam da ata que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho Geral.


Presidente do Conselho Geral

Doutor Artur Santos Silva



Secretário do Conselho Geral

Dr. Vítor Silva



Parecer da Comissão de Planeamento e Financiamento

Relatório de Atividades Consolidadas da Universidade do Porto 2019

A Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) do Conselho Geral da Universidade do Porto reuniu no dia 17 de junho de 2020, pelas 19h, à distância, via Zoom, para a apreciação do Relatório de Atividades Consolidadas da Universidade do Porto 2019.

Sendo que a CPF, na reunião de 20 de abril de 2020, já apreciou, dando parecer positivo, o Relatório de Atividades e Contas da Universidade do Porto de 2019, o presente **parecer é focado**, essencialmente, na **atividade das Entidades Participadas do Grupo U.Porto**.

Recorde-se, a propósito do **Relatório de Atividades de 2019 da Universidade do Porto**, que a CPF efetuou as seguintes considerações, expostas aqui de forma resumida (para mais detalhe consultar o referido parecer):

i) Dimensões positivas

- Melhoria substancial da organização, estrutura e grafismo do Relatório de Atividades e Contas.
- Número, qualidade e diversidade de atividades que a U.Porto realizou ao longo de 2019 e o bom desempenho alcançado nas áreas da “Educação & Formação” e da “Investigação”.

ii) Dimensões a melhorar

- Necessidade de detalhar as razões e/ ou os constrangimentos subjacentes a não se ter atingido as metas previstas (ou por que é que as atividades encetadas se revelaram insuficientes para atingir tais metas) em determinados indicadores.
- Na área da Terceira Missão, o desempenho é relativamente modesto, carecendo, por isso, de atenção especial, designadamente no que respeita a evolução (negativa) do peso dos proveitos obtidos via prestações de serviços.

- Necessidade de maximizar o potencial em termos de impacto económico e social das atividades de empreendedorismo, transferência e comercialização de tecnologia.
- Necessidade de ser apresentado ao Conselho Geral uma análise crítica, por UO, da evolução de indicadores chave relevantes em cada dimensão numa janela temporal de 5 anos.

iii) Dimensões que merecem particular preocupação

- Empregabilidade dos diplomados.
- Envelhecimento do corpo docente.
- Valorização e progressão na carreira.

No que respeita às **atividades das Entidades Participadas (EP) do Grupo U.Porto** constantes no Relatório de Atividades Consolidadas da Universidade do Porto 2019, a CPF destaca as seguintes considerações:

1. Existência de condições de controlo ou presunção de controlo por parte da U.Porto

É fundamental que a Universidade do Porto tenha efetivamente condições de controlo sobre todas as entidades que constituem o perímetro de consolidação (EP), clarificando-se, para cada EP em que termos esse controlo ocorre. Adicionalmente, nos casos em que existe a participação de entidades externas nas EP, justificar a razão de tal participação e clarificar as implicações dessa mesma participação para o efetivo controlo da EP por parte da U.Porto.

2. Educação e Formação

Aspetos positivos

- Relevância das EP para a formação avançada, com um acolhimento de um número relativamente elevado de doutorandos (+500).
- Reputação internacional da formação para executivos.

Aspetos a melhorar e/ou que suscitam dúvidas/preocupações

- Diminuição substancial (20%) entre 2018 e 2019 do número de estudantes em cursos não conferentes de grau, designadamente na PBS (-1165 estudantes ou -24%) e no ISPUP (-267 ou -46%). A redução significativa na PBS é, contudo, justificada pelo facto de ter sido contabilizado nesta rúbrica, em 2018, os 1024 participantes na conferência anual da PBS que não se realizou em 2019. Desvios desta magnitude devem ser

explicitamente clarificados e justificados. A disponibilização dos indicadores numa janela temporal mais lata (e.g., 5 anos) permitiria uma mais adequada análise.

- Importante obter/ disponibilizar indicadores de atividade e de resultados por EP incluindo: 1) Receitas da formação não conferente de grau; 2) Número de estudantes estrangeiros inscritos em formação não conferente de grau por continente de origem; 3) Número (ou %) de cursos não conferentes de grau ministrados à distância e o número de estudantes envolvidos.

3. Investigação e Inovação

Aspetos positivos

- Relevância das EP na dinamização da investigação da U.Porto (disponibilização de infraestruturas para docentes, estudantes e investigadores; obtenção de financiamentos competitivos de elevada reputação internacional; contributo para o fomento da transversalidade e multidisciplinaridade; proximidade com empresas e outras organizações).
- Papel muito importantes das EP na obtenção de financiamento (2/3 do total do Grupo U.Porto).

Aspetos a melhorar e/ou que suscitam dúvidas/ preocupações

- Consolidação do I3S na forma de uma associação de direito privado (p. 19) que contará com a participação de várias entidades, para além da U.Porto, na qualidade de associados fundadores (e.g., IPP, CHUP, CHUSJ, Bial, Heath Cluster Portugal). Não são claras nem explicitadas as implicações da participação de entidades externas na capacidade da U.Porto exercer um controlo efetivo sobre a EP.
- Processo de “ajuste radical da atividade do LEMC, com importantes consequências ... relação com os seus colaboradores.” (p. 19-20). Exatamente de que se trata este ajuste radical? Não são claras nem explicitadas as implicações deste processo para o LEMC e para o Grupo U.Porto.
- Contratação de 271 investigadores (67% do total de investigadores contratados no Grupo U.Porto no âmbito do CEEC individual e institucional e da Norma Transitória do DL 57). Refere-se que constituem um “importante reforço do capital humano” (p. 21) destas entidades. Não se percebe porque é que constituem um reforço, na medida em

que estes investigadores estavam já ao serviço destas entidades, embora com outro tipo de vínculo. Adicionalmente, é muito importante explicitar qual o impacto destas contratações em termos de despesa do Grupo U.Porto e qual a natureza do vínculo contratual estabelecido (permanente vs a prazo).

- Não obstante a generalidade das EP registem um bom desempenho em termos de publicações indexadas, quando se compara o período de 2013-2017 com 2012-2016, não é explicitado o porque de uma quebra tão significativa (17%) no desempenho do CAUP a este nível, nem a razão pela qual não existem dados para o INEGI.

4. Terceira Missão

Aspetos positivos

- Forte contribuição das EP para o Grupo U.Porto no que concerne a obtenção de rendimentos a partir de prestação de serviços, representando 80% (cerca de 21 milhões de euros) do respetivo total. Com exceção da PBS (-9%) e ICETA (-15%), todas as restantes EP com valores positivos nesta rúbrica observaram um aumento da mesma entre 2018 e 2019.
- Aumento expressivo do número de projetos em parceria com empresas, com financiamento nacional e internacional, sobretudo no INESC TEC, IPATIMUP e CIIMAR (nacionais).

Aspetos a melhorar e/ou que suscitam dúvidas/ preocupações

- É referido (p. 57) que, em 2019, o Grupo U.Porto observou um aumento de 27% nas patentes concedidas o que refletiria que as EP são “capazes de completar o ciclo de inovação e de produzir outputs económicos a partir das suas atividades de investigação.”. Infelizmente, com base neste indicador apenas, não é possível aferir desta capacidade. Ter sido concedida uma patente não garante, à partida, inovação e/ou retorno económico. É necessário complementar este indicador com as receitas derivadas do licenciamento e/ou venda da propriedade intelectual (incluindo aqui, patentes, mas não só).
- A informação sobre o número de startups em atividade na UPTEC é insuficiente para aferir o desempenho desta EP no domínio do apoio ao empreendedorismo de elevado conteúdo tecnológico / conhecimento. É necessário disponibilizar informação sobre a

respetiva dimensão, volume de negócios, intensidade I&D, intensidade exportadora, segmento de atividade, salários médios, etc.

Tendo em conta a importância estruturante da atividade da UPTEC para a dinamização do empreendedorismo e inovação do Ecosistema da U.Porto e da Região do Norte, a CPF sugere que seja agendada uma apresentação ao Conselho Geral que clarifique a estratégia da Reitoria da U.Porto na área da inovação e do empreendedorismo e se detalhe a evolução da atividade, os desafios e os riscos que enfrenta a UPTEC.

5. Para uma adequada monitorização das atividades das entidades participadas do Grupo U.Porto é crítico que em próximos Relatórios (e, no caso de 2019, numa próxima reunião do Conselho Geral) seja apresentada, por Entidade Participada, numa janela temporal de 5 anos, a seguinte informação/ indicadores:

Educação e Formação

- Número de estudantes/ formandos por tipo de curso não conferente de grau distinguindo a nacionalidade e continente de origem dos formandos.
- Número de estudantes de mestrado e de doutoramento acolhidos.
- Número de teses e dissertações concluídas.

Investigação e Inovação

- Número de publicações indexadas.
- Número e montante (em euros) de projetos de I&D+I nacionais e internacionais de financiamento competitivo obtidos e em execução.
- Número de patentes (nacionais e internacionais) ativas.
- Receitas derivadas do licenciamento e venda de propriedade intelectual.
- Apenas para o caso da UPTEC:
 - Número de startups (novas, em atividade, que saíram da UPTEC e as que cessaram atividade).
 - Número de colaboradores, volume de negócio, intensidade de I&D e exportação e remunerações médias associados às startups em atividade.

Terceira Missão

- Número de eventos científicos e outras vias de divulgação da atividade científica.

- Número de parcerias ativas com empresas e outras organizações no âmbito de projetos de I&D+I nacionais e internacionais.

Capacidades e Recursos

- Número de ETIs (Contratados e Bolseiros de Investigação).
- Rendimentos obtidos da prestação de serviços.
- EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).
- Resultado Líquido.

Breve análise SWOT

- Principais Forças, Fraquezas / Constrangimentos, Oportunidades e Ameaças / Riscos que cada Entidade participada possui / enfrenta no momento presente.

Conclusão

Em face do exposto, a Comissão de Planeamento e Financiamento **emite parecer favorável** ao Relatório de Atividades Consolidadas do Grupo U.Porto 2019.

17 de junho de 2020

Comissão de Planeamento e Financiamento

Amândio Sousa

Américo Afonso

Artur Santos Silva

Aurora Teixeira (Coord.)

Corália Vicente

Diogo Martins

Vítor Silva

Parecer Comissão de Planeamento e Financiamento

Relatório de Gestão Financeira Reitoria 2019

Na sequência do Parecer da Comissão de Planeamento e Financiamento (CPF) de 12 de julho de 2019, foi solicitada informação sobre o racional de distribuição de verbas do Orçamento de Estado afetas à Reitoria e aos Serviços Autónomos. Posteriormente, em 31 de julho de 2019 a CPF, juntamente com o Conselheiro Luís Filipe Antunes, reuniu com os senhores Vice-Reitor António Silva Cardoso e Administrador João Carlos Ribeiro, tendo sido nessa altura prestados esclarecimentos relativamente ao modelo de distribuição de verbas do OE. Nessa mesma reunião foi determinado pela CPF que a Reitoria deveria apresentar contas de forma transparente e pormenorizada, atendendo à especificidade da atividade prosseguida.

Dando cumprimento a esta solicitação, o senhor Administrador da U.Porto, João Carlos Ribeiro, enviou à Coordenadora da CPF, em 4 de junho de 2020, o “Relatório de Gestão Financeira da Reitoria 2019” informando que está em curso a preparação de um documento para responder ao caso específico dos Serviços Partilhados.

Na sua reunião de 17 de julho de 2020, a CPF analisou e discutiu o “Relatório de Gestão Financeira da Reitoria 2019”, destacando as seguintes considerações:

1. O Relatório constitui uma **peça de grande qualidade, em termos de conteúdo e grafismo**, permitindo, de uma forma simples e clara, obter uma melhor compreensão da atividade desenvolvida pela Reitoria da U.Porto, incluindo os meios financeiros que mobiliza e a sua aplicação.
2. O documento **cumpré plenamente as exigências formuladas pela CPF** de uma **transparência acrescida das contas da Reitoria** e estende à fase de reporte a aplicação do **princípio de completude** promovido pelo Conselho Geral da U.Porto para a elaboração dos orçamentos, complementando de forma cabal a informação da Reitoria integrada no Relatório de Atividades e Contas da Universidade do Porto 2019.

3. A leitura e análise do Relatório suscitou os seguintes **pedidos de esclarecimento**:

- **Despesa associada ao Instituto Fraunhofer**: essencialmente, a Reitoria da U.Porto paga para o Fraunhofer usufruir do espaço e das condições proporcionadas pela localização na UPTEC. Qual o racional desta despesa? Em que é que o Fraunhofer contribui(u) que justifique este pagamento? É possível rever/ renegociar este contrato?
- Que tipo de **atividade desenvolve o CEMUP**? O que significa o “ressarcimento de gastos com o Pessoal relativos ao Diretor do CEMUP”?
- **Gastos associados a investigadores ex-INIC**: porque razão estas investigadoras continuam ligadas à Reitoria? Que tipo de atividade desenvolvem?
- **Ponto de situação /estatuto do I3S** (Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto): sendo que este instituto agrega 3 Entidades Participadas da U.Porto - o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), o Instituto Nacional de Engenharia Biomédica (INEB) e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular (Ipatimup) – porque razão aparece nas contas da Reitoria o I3S?

A CPF agradece e parabeniza o senhor Administrador e os colaboradores da Unidade de Apoio aos Órgãos de Governo pela elevada qualidade e valor do “Relatório de Gestão Financeira da Reitoria 2019”, aguardando o relatório análogo sobre os Serviços Partilhados.

17 de junho de 2020

Comissão de Planeamento e Financiamento

Amândio Sousa

Américo Afonso

Artur Santos Silva

Aurora Teixeira (Coord.)

Corália Vicente

Diogo Martins

Vítor Silva

Parecer da Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação

Sobre os Relatórios do Provedor do Estudante 17/18 e 18/19

A Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação do Conselho Geral da Universidade do Porto analisou os Relatórios produzidos pelo Provedor do Estudante, Professor Carlos Costa, para os anos letivos 2017/18 e 2018/19. Na elaboração deste Parecer participaram: Ana Cabilhas, Artur Águas, João Campos e Vítor Silva.

Os dois Relatórios Anuais elaborados pelo Senhor Professor Doutor Carlos A. V. Costa, Provedor do Estudante da U.Porto, oferecem uma visão abrangente e detalhada da procura deste Gabinete pelos estudantes, do perfil dos estudantes que foram atendidos, dos problemas e queixas apresentados, das soluções encontradas e culminam com a apresentação de um número significativo de sugestões de melhoria da relação entre a U.Porto e os seus estudantes. Verifica-se entre os dois anos, um ligeiro aumento do número de estudantes que procuraram este Gabinete tendo o número, em 2018 ascendido a pouco mais de 200 estudantes. Contudo, a média de atendimentos presenciais encontra-se estabilizada e é cerca de metade comparativamente a relatórios de anos anteriores.

Ambos os documentos convergem na tipologia dos processos registados nos dois anos, cerca de 50% dos casos são de âmbito académico-administrativo, seguidos de casos do foro pedagógico, informações, ação social e outros. Os casos encontram-se devidamente tipificados, com códigos atribuídos a cada situação, tendo sido adotada a classificação usada pelo Observatório da REDEPES (Rede dos Provedores do Estudante do Ensino Superior).

O Relatório de 17/18 oferece informação precisa sobre os estudantes que recorrem ao Provedor do Estudante. De salientar que bastante menos de 1% (0,66%) dos estudantes da U.Porto recorreram ao Provedor (num total de 187 estudantes), o que parece indicar fácil acesso à informação na U.Porto, um nível baixo de conflitualidade e que cada Unidade Orgânica consegue, como expectável, encontrar as soluções adequadas para resolver os problemas internamente. Os estudantes internacionais, os dos PALOP, os que frequentam formações não conferentes de grau, e os estudantes do 1.º ano foram os que mais recorreram ao Provedor. Pouco mais de um quarto (27,4%) dos estudantes que contactaram o Provedor fizeram-no através de entrevista pessoal. Pouco mais de metade (55%) das queixas apresentadas ao Provedor eram de índole académico-administrativa, seguidas das de índole pedagógica (22%). Constatou-se uma melhoria do tempo médio de resolução dos casos que passou para 10 dias, enquanto que no ano anterior tinha sido de 16 dias.

Em relação ao ano anterior, o Relatório de 18/19 refere um número ligeiramente superior de estudantes (204; 0,67%) que contactou o Provedor do Estudante neste período. As tendências gerais de tipologia do estudante e de queixa referidas no relatório anterior

repetiram-se neste novo período de um ano. Notou-se um aumento de queixas do foro pedagógico visando Normas Pedagógicas e Queixas Contra Docentes. No ano letivo 2018/19 o número de estudantes de 2.º ciclo que contactou com o Provedor quase duplicou comparativamente ao ano letivo anterior. Neste relatório os dados apresentados, numa relação percentual entre o número de casos e o global de estudantes, as Faculdades que apresentam pior posição são Direito e Belas Artes (com valores muito próximos) e melhor posicionada a Farmácia, com zero casos.

Ambos os relatórios estão enriquecidos com quadros com valores numéricos e terminam com a apresentação de um conjunto de recomendações de melhoria, das quais salientamos as seguintes:

- Melhorar a resposta do SIGARRA em relação à solicitação de documentos feita por este meio pelos estudantes.
- Reavaliar os estatutos de discriminação positiva de estudantes pela UP.
- Uniformizar as decisões das UO relativamente a pedidos de justificação de falta por doença submetidos pelos estudantes.
- Uniformizar os regulamentos no que se refere à possibilidade de estudantes que se encontrem doentes poderem justificar as suas faltas e a equacionando-se a possibilidade de poderem ou não aceder aos momentos de avaliação.
- Respeitar os prazos de publicitação de classificação de exames e revisão de provas, assim como o cálculo da classificação final de acordo com o que consta da ficha da Unidade Curricular.
- Melhor clarificação para os trabalhadores estudantes das opções de avaliação, sejam de exame final com avaliação distribuída, ou apenas exame final.
- Revisão da regulamentação da mobilidade out (por exemplo, unidades curriculares atrasadas no mesmo semestre da mobilidade, classificação das unidades creditadas quando é feita em Portugal, direito a melhoria de classificação).
- Procurar alternativas para estudantes internacionais que por vezes têm dificuldade em transferir via bancária o valor do emolumento de candidatura.
- Reflexão sobre a possibilidade das propinas de 2.º e 3.º ciclo serem fixadas por edição.
- Reflexão sobre a criação da possibilidade de mudança de regime (integral ou parcial) entre semestres.

É parecer da Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação que os dois Relatórios Anuais elaborados pelo Provedor do Estudante devem ser louvados pelo que refletem de serviço aos estudantes e por oferecem uma imagem clara e atual da relação entre os estudantes e a Universidade do Porto. Os dois Relatórios parecem sugerir que a generalidade dos estudantes terá um acesso fácil à informação da U.Porto, que o nível de conflitualidade é baixo dentro da nossa Universidade e que cada Unidade Orgânica consegue, como expectável, encontrar as soluções adequadas para resolver os problemas internamente.

O Provedor do Estudante deixa, ainda, algumas notas quanto a melhorias a introduzir no quadro de atuação do Provedor do Estudante, nomeadamente melhor follow-up e informação dos processos ao nível interno e também a ausência quanto à possibilidade de substituição do Provedor em caso de falta ou impedimento.

As sugestões de melhoria apresentadas no final dos dois documentos devem merecer a maior atenção por parte da Universidade, dos seus dirigentes, dos seus professores e dos seus líderes associativos, e devem ser comunicadas ao Conselho Coordenador da Melhoria

do Ensino-Aprendizagem da U. Porto, para que a sua discussão seja incluída na agenda. Futuramente, seria proveitoso que os relatórios passassem a incluir o acolhimento destas recomendações pelos destinatários.

18 de junho de 2020

Comissão de Ensino, Qualidade e Avaliação

Ana Cabilhas

Artur Águas (coord.)

João Campos

Vítor Silva



Comissão da Terceira Missão da Universidade

28 de fevereiro e 5 junho de 2020

Após uma breve contextualização dos trabalhos desenvolvidos, salientou-se a importância de conhecer melhor a Estratégia Europeia 2030 e as prioridades para a Região Norte, cujas Universidades deverão colaborar mais entre si e envolver-se em redes europeias. Para o efeito deverá promover-se diálogo com o Presidente da CCDRN.

Convirá proceder ao levantamento do Empreendedorismo promovido pela Universidade do Porto, bem como uma análise da prestação de serviços, nomeadamente pelas Unidades Orgânicas e determinadas Unidades de Investigação.

Quanto ao Empreendedorismo qualificado conviria conhecer melhor a atividade desenvolvida pela UPTEC, nomeadamente quantas empresas foram criadas e, destas, quantas subsistem e quantas foram extintas.

A Pró-Reitora informou que a UPTEC tem vindo a desenvolver estudos (o último em 2018), que estão neste momento a ser atualizados, tendo salientado a discussão do problema de financiamento.

Em Aveiro foi feito um inquérito sobre as ações que eram dinamizadas em matéria de Empreendedorismo:

<https://www.ua.pt/pt/noticias/0/55635>

<http://noe.web.ua.pt/>

Relativamente à prestação de serviços, a maioria está localizada nos Institutos, portanto de algum modo fora da Universidade, mas estão no ecossistema da U.Porto. Esta situação requer um reforço de colaboração porque a prestação de serviços implica uma resposta muito pronta às empresas e instituições, o que, dentro da Universidade, é difícil com o atual modelo organizativo.

O Presidente salientou o recente acordo com a Bosch e, à semelhança deste, deverão existir outros, até mais antigos e igualmente muito importantes. A própria Porto Business School (PBS) tem um trabalho muito interessante em diversas áreas – por exemplo, a medição do impacto da Fundação de Serralves na Economia. A PBS fez também um estudo sobre os públicos na Casa da Música – por exemplo, sobre estratégias para captar públicos que habitualmente não frequentam a Casa da Música. A ligação PBS – FEP é muito importante do ponto de vista do trabalho que ambas desenvolvem.

Na prestação de serviços deverá existir uma Unidade que coordene toda a atividade daqueles que prestam serviços externos relevantes, proposta que foi reforçada pelo Conselheiro José Lameira.

Na visão da Professora Joana Resende, para se estar na área da prestação de serviços, é necessária uma atitude personalizada, porque estaremos a concorrer com empresas consultoras que têm essa

missão. Contudo, fez notar as diferenças entre o trabalho técnico-científico e o trabalho comercial, e nem sempre as duas áreas estão ligadas.

Posiciona-se a favor da importância da prestação de serviços e salientou que quem se encontra na área da investigação pode até, com a prestação de serviços, despoletar novos desafios que suportem a atividade de investigação. Contudo, referiu também o facto de ainda existirem algumas resistências dentro da Universidade, relativamente à questão da prestação de serviços e a necessidade de criar uma estrutura especializada na prestação de serviços.

Destacou também a importância da Cultura e de outras ações, como a Mostra, que permitem também atingir públicos muito diversificados e promover de iniciativas relativas à responsabilidade social e programas de voluntariado.

Foram referidos pelos Membros da Comissão, vários pontos de interesse neste contexto:

- Será conveniente descentralizar algumas ações de uma agenda cultural muito intensa estabelecendo cooperação com as grandes instituições da cidade.
- Foi salientada a diversidade de atividades de relacionamento com o público escolar, nomeadamente a Universidade Júnior, a Mostra e as iniciativas de divulgação da oferta formativa, nomeadamente sessões de esclarecimento promovidas nas escolas do ensino básico e secundário no Norte do País. Têm vindo a ser conduzidos alguns estudos de impacto destas iniciativas, que demonstram o seu impacto muito positivo.
- A comunidade Alumni pode permitir uma aproximação à Universidade e também um maior envolvimento, muito mais do que na perspetiva da captação de financiamento.
- É importante conhecer as dinâmicas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Voluntariado (a Pró-Reitoria informou que está a ser preparado um relatório das iniciativas por parte da Unidade de Responsabilidade Social).
- Deve ser pensado um plano de comunicação mais eficaz, sendo ainda sugerido que para certas campanhas haja um *media partner*.
- O plano integrado para a promoção da saúde e bem-estar que está muito voltado para o interior da Universidade, ganharia em ter uma melhor divulgação pública.
- No âmbito do Projeto Museológico deverá ser elaborado um plano estratégico sendo ainda conveniente obter dados desagregados do número de visitantes.



No seguimento da última reunião, começou por se agradecer e reconhecer o interesse pelos elementos prontamente disponibilizados pela Pró-Reitora Joana Resende sobre a evolução histórica da prestação de serviços e o estudo do impacto da UPTEC, elaborado em 2017.

O Presidente informou que já entrou em contacto com o Presidente da CCDRN, o qual se mostrou disponível para participar num encontro promovido com o Conselho Geral, em data ulterior à do Conselho Europeu de 19 de junho. Foram já realizados contactos pela Reitoria com vista a ser preparada a estratégia mais conveniente, tendo sido indicado como interlocutor para o efeito, o Professor António Figueiredo.

Dados os apoios que se preveem decorrente da situação da pandemia, no âmbito do Programa Europeu de Reconstrução, foi sublinhada a importância de definir uma estratégia conjunta entre Universidades para o desenvolvimento da Região Norte, sobretudo pela relevância da sua indústria.

O Professor Adélio Mendes sublinhou a importância de serem assegurados melhores mecanismos de apoio em capital próprio e a atração de empresas de alta tecnologia.

O Presidente sublinhou a necessidade de efetuar um levantamento em matéria da promoção do Empreendedorismo que a U.Porto tem feito, e como evoluiu a Terceira Missão da U.Porto ao nível da prestação de serviços, nomeadamente na colocação do Conhecimento de que a Universidade dispõe ao serviço dos setores empresarial, social e cultural e do poder local. Foi, por isso, solicitado à Professora Joana Resende informação adicional sobre tal segmentação. Em relação ao Empreendedorismo promovido pela Universidade do Porto solicitou-se informação sobre benchmarking com *startups* da Universidade de Coimbra e das Universidades de Lisboa. Em relação ao Noroeste Empreendedor foi detalhadamente comentado o estudo sobre a situação nas Universidades de Aveiro, Minho e Porto (“Noroeste Empreendedor em Números”).

A Professora Joana Resende informou que os serviços estão sobretudo concentrados nas Unidades de Investigação, mas relativamente estabilizados no universo U.Porto.

Entre 2018 e 2019, verifica-se uma quebra de cerca de um milhão de euros, situação que se deve a uma alteração na categoria onde estava a ser contabilizada a receita da Universidade Júnior. A opção foi considerar apenas parcerias e estudos de consultoria.

Um dos objetivos futuros passa por consolidar e reforçar esta área, enquanto fonte de diversificação de receitas.

O Professor Adélio Mendes alertou para uma possível situação de concorrência desleal no ecossistema da Universidade, porque as Unidades oferecem serviços face a idênticas soluções de mercado, mas com valores muito mais baixos, e oferecendo serviços que os mercados também já oferecem. Há custos com recursos humanos por exemplo que são assumidos parcialmente pela Universidade e daí a razão dos valores serem mais baixos. Chama por isso à atenção para uma análise qualitativa destes números. No laboratório que dirige privilegia-se o desenvolvimento científico e tecnológico e menos a prestação de serviços; quando se prestam serviços tenta-se fazê-lo com produtos que outros não têm.

O Presidente sugeriu que fosse estudada a oportunidade de criar uma Unidade com competências mais transversais sobre Políticas Públicas.

A Professora Joana Resende informou que está a ser criado um consórcio que engloba os Gabinetes de Transferência de Tecnologia de Aveiro, Minho, Coimbra, Porto e Évora e em paralelo uma candidatura dos Parques de Ciência e Tecnologia associados a estas Universidades os quais são juridicamente autónomos. São candidaturas nacionais que, caso sejam aprovadas, permitem disponibilizar e alocar importantes recursos financeiros.

No âmbito da aliança EUGLOH, por exemplo, estão também em curso três candidaturas no âmbito do Programa H2020 SWAFS – trabalhos de transformação institucional (partilha de boas práticas) que possam levar ao desenvolvimento de diversas ações. Num dos *Work Packages* está a aproximação da Academia à Indústria, por exemplo ao nível da promoção do Empreendedorismo. Estas candidaturas foram também relevantes para aproximar os Gabinetes de Transferência de Tecnologia.

Foram também trocadas algumas impressões relativamente à Proteção da Propriedade Intelectual e Patentes.

A Professora Joana Resende deu nota da existência de uma Unidade Central que reúne toda a informação relativa à proteção da propriedade intelectual, devidamente regulamentada. Todos os processos devem ser centralizados. Neste contexto, a propriedade é da Universidade do Porto, mas 60% dos proveitos destinam-se ao Investigador, 30% à UO e 10% para a Universidade (conforme se prevê no Regulamento de Propriedade Intelectual).

O principal problema das patentes (temos mais de 300, uma grande parte protegida na União Europeia e nos EUA) tem que ver com o custo subjacente à submissão de uma patente e o retorno financeiro que daí resulta tem sido relativamente mau. O esforço de comercialização poderia ser muito maior, mas o processo administrativo é moroso e complexo, situação que foi reforçada pelo Professor Adélio Mendes.

O Professor Carlos Azevedo deu o exemplo da Faculdade de Letras. Existe uma Unidade de Apoio à Prestação de Serviços (UNAPES). A FLUP tem vários protocolos com empresas fornecendo serviços de assessoria e consultoria e, em muitos casos, envolvendo o Poder Local, para além de terem também um Programa de Voluntariado.

Seguiram-se comentários da Professora Joana Resende quanto ao estudo “Noroeste Empreendedor em Números”. Em termos do nosso ecossistema, estamos a falar de empresas relativamente pequenas.

Seguidamente a Professora Joana Resende sublinhou algumas das conclusões sobre tal estudo:

Pág. 61

Relativamente às iniciativas promotoras do empreendedorismo, como os cursos de inovação e promoção do empreendedorismo. É importante a Universidade do Porto ter programas de promoção do empreendedorismo e programas de ignição. A educação para o Empreendedorismo é fundamental, pois apesar de por vezes a ideia ser muito boa, se o plano de negócio for mau, não se perspetiva sucesso.

Pág. 62

Em termos de propriedade intelectual, existem poucas empresas com patentes.

Pág. 148

19% das empresas da Universidade do Porto consideradas nesta amostra atuam na área da consultoria, programação informática, etc.

Pág. 157

A questão da UPTEC, e dos parques de Ciência e Tecnologia no geral.... Há uma questão relativa à importância dos serviços de incubação através dos Parques de CT. Verifica-se uma valorização grande relativa a este ponto.

Em termos de faixa etária, os nossos empreendedores são jovens. No caso da UP cerca de 40% possui doutoramento (pág. 140).

Pág. 159 e 160

Os principais constrangimentos no desenvolvimento de uma atividade empreendedora identificados pelos respondentes são as dificuldades/falta de financiamento (71%), os procedimentos administrativos complexos e morosos (49%), a falta de experiência (46%) e a falta de formação adequada (37%).

✱